

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2021.**

**Data e horário:** Aos dezanove dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às 8h00min.

**Presença:** Presentes estavam: **LIGIAN REGINA KALVON** e **NÍVIA CARLA DA FONSECA** representantes eleitas dos servidores ativos, **MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos servidores inativos, **ADEMIR PEREIRA**, representante nomeado do Poder Executivo e **REGINALDO APARECIDO NAVES**, representante nomeado do Poder Legislativo.

**Ordem do dia:**

1. **Análise dos Processos de Empenho referentes ao mês de fevereiro de 2021.**
2. **Parecer anual**

**Item 1 da ordem do dia** – O conselho analisou os documentos disponibilizados referentes ao mês de **FEVEREIRO/2021** onde foi constatado que os **REPASSES** da Prefeitura Municipal de Paulínia, incluindo o aporte, totalizaram **R\$ 12.985.032,21**; os repasses oriundos da Câmara Municipal de Paulínia totalizaram **R\$ 250.802,04** sendo depositados conformes APR's. Também se verificou o valor de **R\$ 51.675,74** referente ao Termo de Convênio entre Prefeitura e Pauliprevi referente ao setor de perícias e das **parcelas 006/200** dos parcelamentos previdenciários n° s **406 e 408/2020** totalizando **R\$ 386.656,95**. De acordo com o **RESUMO GERAL DA FOLHA** o pagamento de Aposentados totalizou **R\$ 10.575.908,70 (1291)**, Pensionistas – **R\$ 640.863,75 (116)**, Ativos - **R\$ 277.210,82 (31)** e Conselheiros – **R\$ 33.919,90**. A carteira de Investimento fechou o mês de fevereiro com um saldo de **R\$ 1.308.591.319,40**. O conselho tomou ciência da **ata do comitê de investimento n° 002/2021** a qual reafirmou dados previamente fornecidos pela Diretoria Executiva, que demonstrou não ter havido grandes variações no mês de janeiro de 2021 sendo que os fundos que tiveram performance positiva foram Citibank BBIF Master (+15,65%), Piatã Cred. Priv. (+0,68%) e TMJ IMA B (+0,42%). Já os fundos que tiveram performance negativa foram Icatu Vanguarda (-3,91%), Geração Fia (-3,46%) e Bradesco Selection (--2,48%).

**Item 2 da ordem do dia** – Em seguida, o conselho deliberou sobre o Parecer Anual referente ao ano de 2020, considerando que os repasses foram efetuados nas datas previstas, que incluem os repasses e aportes da Prefeitura e Câmara Municipal, além das contribuições oriundas do auxílio-doença, inativos, servidores do instituto e cedidos. Em relação às despesas, foram concedidas, no ano de 2020, 113 aposentadorias, sendo que as despesas relacionadas ao pagamento das mesmas totalizaram aproximadamente R\$ 125.961.916,66 além de 116 processos de pensão que totalizaram R\$ 7.614.966,94, incluindo em ambos o pagamento de 13º salário, o que fez com que o instituto fechasse o ano de 2020 com um superávit de R\$ 42.445.682,72, que pode ser explicado considerando o aumento nos valores das receitas já citadas, além dos valores originários do pagamento de cupons e rendimentos de títulos públicos em carteira. Em relação à carteira de investimentos, esta fechou o ano de 2020 com saldo de R\$ 1.322.436.871,50, sendo a maioria do patrimônio alocado em fundos referenciados em títulos públicos, sendo que os fundos Bahia BBM Valuation, Geração Fia e Itaú Momento 30 tiveram

os melhores desempenhos e os fundos Geração Energia, Gestão Empresarial e Fundo Imobiliário Hazz performaram de forma negativa. Os investimentos realizados no exercício de 2020 foram efetuados de acordo com a política de investimentos vigente, sendo que as movimentações necessárias foram amplamente discutidas entre comitê de investimentos e conselhos. O conselho reconheceu a competência do comitê de investimentos e todo trabalho na recuperação dos fundos gerando um acumulado de aproximadamente R\$ 76.105.315 em valores recuperados entre 2019 e 2021. Após análise do parecer técnico, onde foram consideradas a situação do CRP, cálculo atuarial, parcelamentos CADPREV, receitas e despesas, previdência e carteira de investimentos este conselho aprovou por unanimidade as contas do ano de 2020 conforme parecer na íntegra anexo a presente ata.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta Ata, que lida e aprovada foi assinada pelos conselheiros presentes.

Paulínia, 19 de abril de 2021.

  
**LIGIAN REGINA KALVON**  
Conselheira Fiscal

  
**NÍVIA CARLA DA FONSECA**  
Conselheira Fiscal

  
**MARCIA REGINA AMBROZINI L. DA SILVA**  
Conselheira Fiscal

  
**ADEMIR PEREIRA**  
Conselheiro Fiscal

  
**REGINALDO APARECIDO NAVES**  
Conselheiro Fiscal

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2020.**

Aos **dezenove dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, as 08h00min**, estavam presentes: **LIGIAN REGINA KALVON**, Presidente e conselheira eleita; **NÍVIA CARLA DA FONSECA**, representante eleita dos servidores ativos; **MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos servidores inativos, **ADEMIR PEREIRA**, representante nomeado do Poder Executivo e **REGINALDO APARECIDO NAVES**, representante nomeado do Poder Legislativo, para discussão e deliberação final referente ao **exercício de 2020**. Este documento foi emitido após análises detalhadas de demonstrativos financeiros, balanços, processos de empenho, contratos, notas técnicas atuariais, COMPREV, emissão de relatórios trimestrais, além de discussões junto à Diretoria Executiva conforme segue:

**I. RECEITAS**

No exercício de 2020 constatamos o devido **REPASSE** das Receitas Previdenciárias da Prefeitura, Instituto e Câmara Municipal, além de recursos provenientes do **COMPREV** e pagamento do **PARCELAMENTO CADPREV**. Todos os comprovantes como APR's, ofícios e relatórios estão disponíveis para verificação junto ao instituto.

2020	REPASSES		CADPREV	COMPREV	RESSARCIMENTO PERÍCIAS
	PMP	CÂMARA			
JAN	10.425.566,30	165.164,47	797.298,20	732.967,47	-
FEV	10.103.010,61	160.161,47	819.298,01	755.700,83	-
MAR	10.459.851,97	168.761,35	828.254,05	755.700,83	-
ABR	10.629.746,27	179.791,05	836.620,13	755.700,83	-
MAI	10.454.037,38	174.396,25	858.851,10	755.700,83	-
JUN	10.472.484,25	169.475,57	867.889,59	755.700,83	-
JUL	10.601.425,57	169.375,93	885.948,84	755.700,83	129.529,67
AGO	13.654.361,05	227.170,21	0,00	755.700,83	529.071,24
SET	12.652.107,70	209.898,33	360.818,05	755.700,83	595.225,90
OUT	13.085.562,09	377.469,25	367.633,18	755.700,83	54.763,56
NOV	12.743.742,16	226.290,67	372.639,35	1.511.401,66	561.538,62
DEZ	21.078.924,68	212.530,33	374.475,01	751.634,17	68.952,24
					494.072,83
					40.273,76
					639.904,49
					46.116,75

Tabela 1. Repasses, parcelamentos, compensação previdenciária e ressarcimentos, em Reais (R\$).

Os repasses foram efetuados nas datas previstas conforme valores constantes na tabela acima, que incluem os repasses da Prefeitura e Câmara Municipal, além das contribuições oriundas do auxílio-doença, inativos, servidores do instituto e cedidos.

Conforme Lei Municipal nº 3738/2019, que define previamente os valores do aporte para cada exercício, no ano de 2020 foram considerados R\$ 40.898,33 e R\$ 3.387.308,94 mensais, respectivamente para Câmara e Prefeitura Municipal de Paulínia.

O aumento observado no mês de abril se deve pela maior retenção de descontos previdenciários dos inativos com direito à paridade que receberam o pagamento do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos. O aumento no mês de agosto se deve ao aumento da base previdenciária referente ao pagamento retroativo do reajuste salarial dos servidores. Nos meses de outubro e dezembro houve aumento relacionado ao pagamento das parcelas de 13º salário.

Em relação ao Parcelamento CADPREV foram pagas as parcelas de nº s 54 a 60 finalizando o contrato nº 530/2015, tendo início em setembro o pagamento das parcelas referentes aos novos contratos de parcelamentos de nº s 406 e 408/2020.

A partir de julho, a prefeitura começou a restituir os valores pagos com auxílio doença, conforme Convênio SMRH nº 001/2020, sendo o primeiro pagamento realizado em 24/08/2020, em razão dos serviços de perícia realizados pelos servidores do instituto, baseado em pró rata (produção) o que aproxima o recebimento em 90% do valor e com duração de sessenta meses, podendo ser prorrogável por igual período.

As parcelas do COMPREV se mantiveram iguais por se tratar de estoque de parcelas anteriores referentes à processos de Compensação Previdenciária realizados, lembrando que no mês de novembro onde houve pagamento de 13º salário e que em fevereiro de 2020 se encerrou o contrato com a FIPE, responsável até então pela execução dos serviços de compensação.

## II. DESPESAS:

2020	APOSENT 1156/1269	PENSÕES 106/116	ATIVOS 31/31	CONSELHO 12/14	AUX. DOENÇA 109/117	CUSTEIO ADM
JAN	9.546.750,01	603.937,95	258.596,86	30.285,58	561.538,52	342.849,47
FEV	9.177.987,52	567.666,93	230.624,33	29.113,10	494.072,83	328.254,16
MAR	9.165.686,68	570.193,03	229.447,46	31.497,05	639.904,79	340.019,44
ABR	11.376.076,14	568.919,88	260.102,33	15.748,59	-	354.920,79
MAI	9.390.891,30	568.118,88	260.480,59	41.188,49	-	369.103,24
JUN	9.399.375,90	567.608,49	278.686,94	25.439,90	-	371.166,53
JUL	12.700.321,55	814.025,68	302.022,19	30.285,62	-	399.562,74
AGO	10.611.669,39	616.833,36	280.859,08	31.497,05	-	384.376,77
SET	9.876.141,66	609.717,91	274.154,93	31.497,05	-	379.125,46
OUT	14.516.719,13	894.995,75	428.333,62	31.497,05	-	569.211,85
NOV	10.027.236,67	610.589,24	269.048,28	33.919,90	-	373.727,36
DEZ	10.173.060,71	622.359,84	289.914,52	33.919,90	-	404.902,56

Tabela 2. Despesas com aposentadorias, pensões, folha de pagamento dos servidores ativos, membros do conselho e auxílio doença, em Reais (R\$).

No ano de 2020 foram concedidas 113 aposentadorias, sendo que as despesas relacionadas ao pagamento das mesmas totalizaram aproximadamente R\$ 125.961.916,66 além de 116 processos de pensão que totalizaram R\$ 7.614.966,94, incluindo em ambos o pagamento de 13º salário.

As variações mensais observadas nas folhas de pagamento e consequentemente custeio administrativo estão relacionadas ao pagamento de 13º salário (adiantamento em janeiro, 1ª parcela em outubro e 2ª parcela em dezembro), aplicação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Prefeitura, previsto nas Leis Complementares 65/2017 e 66/2017, ambas de 27/12/2017 (resultando no reajuste mensal e também valores retroativos entre julho/2018 e março/2020), LC 73/2020, de 01/04/2020 – Plano de Cargos e Salários dos servidores do Pauliprev, além do pagamento retroativo do reajuste de 4,05% de salários e proventos de aposentados com direito à paridade, conforme Decreto 7844, de 23/07/2020, com seus efeitos retroagidos a 01/05/2020.

As variações observadas no pagamento de jetom aos conselheiros estão relacionadas a pagamento em folha complementar referentes às reuniões não incluídas na folha de pagamento regular, redução de reuniões por parte do conselho fiscal considerando a pandemia, além da inclusão de novos conselheiros por motivos de vacância.

Com a Emenda Constitucional 103/2019, por meio do §2º do art. 9, o instituto foi responsável pelo pagamento do benefício de auxílio doença até março, sendo que a partir de abril essa responsabilidade voltou a ser da Prefeitura Municipal, conforme LC 74, de 01/04/2020.

2020	RECEITAS	DESPESAS	SALDO FINANCEIRO
Janeiro	12.135.981,14	11.055.075,95	1.080.905,19
Fevereiro	15.901.525,31	10.567.981,44	6.414.449,06
Março	12.216.674,64	11.103.952,42	1.112.722,22
Abril	12.429.214,45	12.299.916,81	129.297,64
Mai	13.123.664,52	10.328.113,42	2.795.551,10
Junho	12.271.177,91	10.374.491,92	1.896.685,99
Julho	12.591.469,91	13.941.450,77	-1.349.980,86
Agosto	13.941.450,77	19.244.567,61	7.602.370,39
Setembro	18.258.834,66	10.864.985,03	7.393.849,63
Outubro	15.265.538,16	15.980.926,73	-715.388,57
Novembro	16.285.147,54	11.037.532,19	5.247.615,35
Dezembro	23.105.501,28	11.200.323,11	11.905.178,17

Tabela 3. Demonstrativo de receitas, despesas e saldo financeiro mensal, em Reais (R\$).

O instituto fechou o ano de 2020 com um superávit de R\$ 42.445.682,72, que pode ser explicado considerando o aumento nos valores das receitas já citadas, além dos valores originários do pagamento de cupons e rendimentos de títulos públicos em carteira.

Os déficits observados nos meses de julho e outubro se referem ao pagamento da 1ª e 2ª parcelas do 13º salário, uma vez que as receitas dessas contribuições são feitas no mês subsequente.

Os processos de empenho, contratos e processos licitatórios foram elaborados conforme a lei podendo ser consultados junto ao instituto e também no site <https://pauliprev.sp.gov.br>.

### III. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A disseminação do coronavírus alterou severamente o cenário econômico mundial, refletindo diretamente nos fundos que compõem a carteira de investimentos do instituto pela queda no mercado acionário e Ibovespa, além de variações negativas na renda fixa.

Os investimentos realizados no exercício de 2020 foram efetuados de acordo com a política de investimentos vigente, sendo que as movimentações necessárias foram amplamente discutidas entre comitê de investimentos e conselhos.

No mês de janeiro houve a movimentação de R\$ 25 milhões do fundo Santander Institucional RF DI para o fundo Santander Renda Fixa Ativo FIC FI e de R\$ 48 milhões do fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF para o Fundo Itaú Momento 30.

Também ocorreram rendimentos e pagamento de cupons de títulos públicos onde podemos destacar: R\$ 4.062.853,36 (fevereiro), R\$ 878.625,17 (maio), R\$ 4.072.882,23 (agosto) R\$ 896.214,63 (novembro), além de R\$ 2.457.449,67 referente a rendimentos do Fundo TMJ e do vencimento de LFT's no valor de R\$ 14.863.809,45 (setembro).

Infelizmente também ocorreram reavaliação dos fundos Geração Energia (14,67%) e Ático Florestal (76,62%) impactando negativamente a carteira.

---

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas ao exercício de 2020.

Apesar do trabalho de recuperação de fundos estressados, grande parte dos fundos ilíquidos está concentrado nos Fundos Tower que tem como principais características, a predominância de cotas de investimentos fechados para resgate e debêntures (vencidas e inadimplentes), além de outros fundos como Sculptor e Illuminati, que são compostos em sua maioria por ativos de crédito privado com muitos ativos em situação de iliquidez. O conselho reconheceu a competência do comitê de investimentos e todo trabalho na recuperação dos fundos gerando um acumulado de aproximadamente R\$ 76.105.315 em valores recuperados entre 2019 e 2021.

FUNDO	APLICADO	RECUPERADO 2020(*)
Firf Pyxis Institucional IMAB	30.000.000	218.638 (25.370.521)
Piatã LP Priv. Cred. Privado	27.417.508	1.219.770 (16.606.213)
Tower Firf IMA-B	114.261.645	12.581.648 (53.340.792)
TMJ IMAB	25.000.000	10.025.542 (14.239.566)
GGR Prime FIDC	14.000.000	3.102.949 (4.716.965)
Illuminati FIDC	38.000.000	1.496.256 (10.984.971)

Tabela 4. Valores Recuperados em Reais (R\$).

(\*\*) Valores entre parênteses representam o total recuperado do fundo entre 2019 e 2021.

A carteira de investimentos fechou o ano de 2020 com saldo de R\$ 1.322.436.871,50, sendo a maioria do patrimônio alocado em fundos referenciados em títulos públicos, sendo que os fundos Bahia BBM Valuation, Geração Fia e Itaú Momento 30 tiveram os melhores desempenhos e os fundos Geração Energia, Gestão Empresarial e Fundo Imobiliário Hazz performaram de forma negativa.

Este conselho fiscal acompanhou os pareceres e tomou ciência das atas do comitê de investimentos, o que inclui acompanhamento das rentabilidades, riscos, além de processos decisórios. Todos os documentos comprobatórios incluindo atas e demais planilhas encontram-se a disposição no instituto e no site para conferência.

#### IV. PREVIDÊNCIA

No ano de 2020 o conselho fiscal tomou ciência dos processos de concessão de aposentadorias e pensões. Atualmente existem 307 processos que foram alvos de apontamentos e que, do montante total, temos 86 processos aguardando o julgamento do recurso ordinário interposto frente à decisão inicial de irregularidade, bem como 192 processos que estão em arquivo no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Os apontamentos sinalizados nos processos estão relacionados à migração de servidores para o regime próprio no ano de 2011 (LC 49/2011), irregularidades em verbas (hora extra, hora noturno, adicionais, entre outros) e problemas de formalidade processual (cartão do PIS, portaria de adicional de tempo de serviço).

## **PARECER TÉCNICO**

### **1. CRP**

Verificamos que o instituto está com CRP, documento que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com validade até 27/09/2021 obtido por via judicial conforme Certificado de Exclusão de Irregularidades nº 986831 – 195899.

### **2. CÁLCULO ATUARIAL**

Com base na Lei nº 3759/2020 datada de 01/04/2020, que alterou a contribuição patronal e dos segurados em 14%, houve adequação às mudanças trazidas pela EC nº 103/2019 respeitando-se o prazo determinado constitucionalmente, a saber, § 6º do artigo 195 da CF.

### **3. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA**

Em relação a dívida previdenciária com valor apurado de R\$ 72.183.609,55 referente aos anos de 2015 e 2016, obteve-se a promulgação da Lei nº 3768 de 30/04/2020 que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto ao Pauliprev, sendo que os Termos de Acordo nº s 406 e 408/2020 que definiu prazos e outras diretrizes de pagamento foram assinados em 11/08/2020 e o pagamento das parcelas iniciou em setembro de 2020.

### **4. RECEITAS E DESPESAS**

Considerando o total de receitas que incluem os repasses, aportes, parcelamento CADPREV, COMPREV e demais receitas, o saldo financeiro do instituto foi superavitário no ano de 2020.

### **5. PREVIDÊNCIA**

O conselho fiscal analisou os processos de aposentadorias e verificou que, com a adoção de medidas pela Diretoria Executiva a partir de 2019, baseadas em apontamentos do Tribunal de Contas, o número de glosas nas concessões de aposentadoria deve diminuir consideravelmente. No entanto, salientamos que as leis municipais que disciplinam a base previdenciária dos servidores do município de Paulínia (Leis Complementares 17 e 18/2001) bem como o abono (Leis Ordinárias 3345 e 3346/2013) não foram corrigidas.

### **6. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS**

O conselho acompanhou a postura do comitê de investimentos durante o ano de 2020, que monitorou a rentabilidade visando a meta atuarial, porém com cautela nos investimentos considerando a volatilidade do mercado e a certeza de liquidez. Quanto aos fundos ilíquidos, o monitoramento isolado dos fundos promoveu a recuperação de muitos ativos financeiros. A rentabilidade final em 2020 foi positiva, no entanto considerando a pandemia, desvalorização dos fundos associados ao alto valor de PDD's (aproximadamente R\$ 80 milhões), e o valor do IPCA – 10,65%, a carteira de investimentos fechou o ano em -1,47%, ou seja, 89% do valor a ser atingido.

## CONCLUSÃO DO PARECER

Após análise e discussão do presente parecer, a votação foi a seguinte:

A conselheira Nívia **APROVOU com ressalvas** as contas do ano de 2020 em razão da necessidade de regularização das Leis Complementares nº 17 e 18, ambas de 09/10/2001, bem como quanto ao abono salarial. Disse ser importante registrar que se faz necessária a regularização dentro dos limites legais, a fim de não causar novos prejuízos aos servidores no futuro, visto que tanto servidores ativos como inativos estão aflitos quanto à fragilidade das referidas leis. Quanto à conduta da Diretoria Executiva, bem como dos servidores do instituto, afirmou ser notória a busca pelas melhores práticas e a transparência em todas as tomadas de decisão, dentre elas podendo destacar o acumulado nas recuperações da ordem de 74 milhões recuperados.

O conselheiro Reginaldo **APROVOU** as contas, por entender que todas as medidas que atual Diretoria vem tomando junto a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social com a regularização do CRP, tendo a informação de que temos somente um item irregular - "Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR Consistência", que se trata do investimento no PIXYS. Sobre a questão dos investimentos, o conselheiro vê o esforço e o empenho do Comitê, até pelo atual momento econômico que estamos vivendo e por isso seu voto favorável.

O conselheiro Ademir **APROVOU as contas** considerando a capacidade técnica e responsável dos trabalhos efetuados por todos os servidores do instituto, seja no atendimento, previdência, busca de soluções junto ao executivo na alteração das leis e recuperação dos fundos.

A conselheira Ligian **APROVOU com ressalvas as contas**, considerando que a alteração das leis citadas no item 5 e reforçando o que foi dito pela conselheira Nívia, sobre a importância do princípio da legalidade, o que coíbe fatos ocorridos em gestões anteriores de agirem por conta própria prejudicando centenas de servidores.

A Conselheira Márcia **APROVOU as contas com ressalvas** pela falta de regularização das leis complementares conforme indicadas no item 5 do parecer técnico e também pelo CRP estar com certificação por vias judiciais. A conselheira deixou claro que não questiona a atuação da Diretoria Executiva, pois tem ciência do esforço de todos os envolvidos na recuperação de fundos estressados, resultado de ações feitas por antigos gestores.

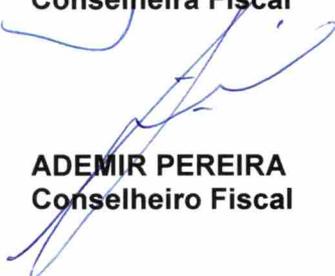
Assim sendo, este Conselho Fiscal **APROVA** por unanimidade as contas do exercício de 2020.

Paulínia, 19 de abril de 2021.

  
**LIGIAN REGINA KALVON**  
Conselheira Fiscal

  
**NÍVIA CARLA DA FONSECA**  
Conselheira Fiscal

  
**MARCIA REGINA AMBROZINI L. DA SILVA**  
Conselheira Fiscal

  
**ADEMIR PEREIRA**  
Conselheiro Fiscal

  
**REGINALDO APARECIDO NAVES**  
Conselheiro Fiscal

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PAULÍNIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2020.**

Aos **dezenove dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, as 08h00min**, estavam presentes: **LIGIAN REGINA KALVON**, Presidente e conselheira eleita; **NÍVIA CARLA DA FONSECA**, representante eleita dos servidores ativos; **MARCIA REGINA AMBROZINI LOPES DA SILVA**, representante eleita dos servidores inativos, **ADEMIR PEREIRA**, representante nomeado do Poder Executivo e **REGINALDO APARECIDO NAVES**, representante nomeado do Poder Legislativo, para discussão e deliberação final referente ao **exercício de 2020**. Este documento foi emitido após análises detalhadas de demonstrativos financeiros, balanços, processos de empenho, contratos, notas técnicas atuariais, COMPREV, emissão de relatórios trimestrais, além de discussões junto à Diretoria Executiva conforme segue:

**I. RECEITAS**

No exercício de 2020 constatamos o devido **REPASSE** das Receitas Previdenciárias da Prefeitura, Instituto e Câmara Municipal, além de recursos provenientes do **COMPREV** e pagamento do **PARCELAMENTO CADPREV**. Todos os comprovantes como APR's, ofícios e relatórios estão disponíveis para verificação junto ao instituto.

2020	REPASSES		CADPREV	COMPREV	RESSARCIMENTO PERÍCIAS
	PMP	CÂMARA			
JAN	10.425.566,30	165.164,47	797.298,20	732.967,47	-
FEV	10.103.010,61	160.161,47	819.298,01	755.700,83	-
MAR	10.459.851,97	168.761,35	828.254,05	755.700,83	-
ABR	10.629.746,27	179.791,05	836.620,13	755.700,83	-
MAI	10.454.037,38	174.396,25	858.851,10	755.700,83	-
JUN	10.472.484,25	169.475,57	867.889,59	755.700,83	-
JUL	10.601.425,57	169.375,93	885.948,84	755.700,83	129.529,67
AGO	13.654.361,05	227.170,21	0,00	755.700,83	529.071,24
SET	12.652.107,70	209.898,33	360.818,05	755.700,83	595.225,90
OUT	13.085.562,09	377.469,25	367.633,18	755.700,83	54.763,56
NOV	12.743.742,16	226.290,67	372.639,35	1.511.401,66	561.538,62
DEZ	21.078.924,68	212.530,33	374.475,01	751.634,17	68.952,24
					494.072,83
					40.273,76
					639.904,49
					46.116,75

Tabela 1. Repasses, parcelamentos, compensação previdenciária e ressarcimentos, em Reais (R\$).

Os repasses foram efetuados nas datas previstas conforme valores constantes na tabela acima, que incluem os repasses da Prefeitura e Câmara Municipal, além das contribuições oriundas do auxílio-doença, inativos, servidores do instituto e cedidos.

Conforme Lei Municipal nº 3738/2019, que define previamente os valores do aporte para cada exercício, no ano de 2020 foram considerados R\$ 40.898,33 e R\$ 3.387.308,94 mensais, respectivamente para Câmara e Prefeitura Municipal de Paulínia.

O aumento observado no mês de abril se deve pela maior retenção de descontos previdenciários dos inativos com direito à paridade que receberam o pagamento do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos. O aumento no mês de agosto se deve ao aumento da base previdenciária referente ao pagamento retroativo do reajuste salarial dos servidores. Nos meses de outubro e dezembro houve aumento relacionado ao pagamento das parcelas de 13º salário.

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas ao exercício de 2020.

*f*  
*maurice*  
*f*

Em relação ao Parcelamento CADPREV foram pagas as parcelas de nº s 54 a 60 finalizando o contrato nº 530/2015, tendo início em setembro o pagamento das parcelas referentes aos novos contratos de parcelamentos de nº s 406 e 408/2020.

A partir de julho, a prefeitura começou a restituir os valores pagos com auxílio doença, conforme Convênio SMRH nº 001/2020, sendo o primeiro pagamento realizado em 24/08/2020, em razão dos serviços de perícia realizados pelos servidores do instituto, baseado em pró rata (produção) o que aproxima o recebimento em 90% do valor e com duração de sessenta meses, podendo ser prorrogável por igual período.

As parcelas do COMPREV se mantiveram iguais por se tratar de estoque de parcelas anteriores referentes à processos de Compensação Previdenciária realizados, lembrando que no mês de novembro onde houve pagamento de 13º salário e que em fevereiro de 2020 se encerrou o contrato com a FIPE, responsável até então pela execução dos serviços de compensação.

## II. DESPESAS:

2020	APOSENT 1156/1269	PENSÕES 106/116	ATIVOS 31/31	CONSELHO 12/14	AUX. DOENÇA 109/117	CUSTEIO ADM
JAN	9.546.750,01	603.937,95	258.596,86	30.285,58	561.538,52	342.849,47
FEV	9.177.987,52	567.666,93	230.624,33	29.113,10	494.072,83	328.254,16
MAR	9.165.686,68	570.193,03	229.447,46	31.497,05	639.904,79	340.019,44
ABR	11.376.076,14	568.919,88	260.102,33	15.748,59	-	354.920,79
MAI	9.390.891,30	568.118,88	260.480,59	41.188,49	-	369.103,24
JUN	9.399.375,90	567.608,49	278.686,94	25.439,90	-	371.166,53
JUL	12.700.321,55	814.025,68	302.022,19	30.285,62	-	399.562,74
AGO	10.611.669,39	616.833,36	280.859,08	31.497,05	-	384.376,77
SET	9.876.141,66	609.717,91	274.154,93	31.497,05	-	379.125,46
OUT	14.516.719,13	894.995,75	428.333,62	31.497,05	-	569.211,85
NOV	10.027.236,67	610.589,24	269.048,28	33.919,90	-	373.727,36
DEZ	10.173.060,71	622.359,84	289.914,52	33.919,90	-	404.902,56

Tabela 2. Despesas com aposentadorias, pensões, folha de pagamento dos servidores ativos, membros do conselho e auxílio doença, em Reais (R\$).

No ano de 2020 foram concedidas 113 aposentadorias, sendo que as despesas relacionadas ao pagamento das mesmas totalizaram aproximadamente R\$ 125.961.916,66 além de 116 processos de pensão que totalizaram R\$ 7.614.966,94, incluindo em ambos o pagamento de 13º salário.

As variações mensais observadas nas folhas de pagamento e conseqüentemente custeio administrativo estão relacionadas ao pagamento de 13º salário (adiantamento em janeiro, 1ª parcela em outubro e 2ª parcela em dezembro), aplicação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores da Prefeitura, previsto nas Leis Complementares 65/2017 e 66/2017, ambas de 27/12/2017 (resultando no reajuste mensal e também valores retroativos entre julho/2018 e março/2020), LC 73/2020, de 01/04/2020 – Plano de Cargos e Salários dos servidores do Pauliprev, além do pagamento retroativo do reajuste de 4,05% de salários e proventos de aposentados com direito à paridade, conforme Decreto 7844, de 23/07/2020, com seus efeitos retroagidos a 01/05/2020.

As variações observadas no pagamento de jetom aos conselheiros estão relacionadas a pagamento em folha complementar referentes às reuniões não incluídas na folha de pagamento regular, redução de reuniões por parte do conselho fiscal considerando a pandemia, além da inclusão de novos conselheiros por motivos de vacância.

Com a Emenda Constitucional 103/2019, por meio do §2º do art. 9, o instituto foi responsável pelo pagamento do benefício de auxílio doença até março, sendo que a partir de abril essa responsabilidade voltou a ser da Prefeitura Municipal, conforme LC 74, de 01/04/2020.

2020	RECEITAS	DESPESAS	SALDO FINANCEIRO
Janeiro	12.135.981,14	11.055.075,95	1.080.905,19
Fevereiro	15.901.525,31	10.567.981,44	6.414.449,06
Março	12.216.674,64	11.103.952,42	1.112.722,22
Abril	12.429.214,45	12.299.916,81	129.297,64
Mai	13.123.664,52	10.328.113,42	2.795.551,10
Junho	12.271.177,91	10.374.491,92	1.896.685,99
Julho	12.591.469,91	13.941.450,77	-1.349.980,86
Agosto	13.941.450,77	19.244.567,61	7.602.370,39
Setembro	18.258.834,66	10.864.985,03	7.393.849,63
Outubro	15.265.538,16	15.980.926,73	-715.388,57
Novembro	16.285.147,54	11.037.532,19	5.247.615,35
Dezembro	23.105.501,28	11.200.323,11	11.905.178,17

Tabela 3. Demonstrativo de receitas, despesas e saldo financeiro mensal, em Reais (R\$).

O instituto fechou o ano de 2020 com um superávit de R\$ 42.445.682,72, que pode ser explicado considerando o aumento nos valores das receitas já citadas, além dos valores originários do pagamento de cupons e rendimentos de títulos públicos em carteira.

Os déficits observados nos meses de julho e outubro se referem ao pagamento da 1ª e 2ª parcelas do 13º salário, uma vez que as receitas dessas contribuições são feitas no mês subsequente.

Os processos de empenho, contratos e processos licitatórios foram elaborados conforme a lei podendo ser consultados junto ao instituto e também no site <https://pauliprev.sp.gov.br>.

### III. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A disseminação do coronavírus alterou severamente o cenário econômico mundial, refletindo diretamente nos fundos que compõem a carteira de investimentos do instituto pela queda no mercado acionário e Ibovespa, além de variações negativas na renda fixa.

Os investimentos realizados no exercício de 2020 foram efetuados de acordo com a política de investimentos vigente, sendo que as movimentações necessárias foram amplamente discutidas entre comitê de investimentos e conselhos.

No mês de janeiro houve a movimentação de R\$ 25 milhões do fundo Santander Institucional RF DI para o fundo Santander Renda Fixa Ativo FIC FI e de R\$ 48 milhões do fundo Caixa FIC Brasil Gestão Estratégica RF para o Fundo Itaú Momento 30.

Também ocorreram rendimentos e pagamento de cupons de títulos públicos onde podemos destacar: R\$ 4.062.853,36 (fevereiro), R\$ 878.625,17(maio), R\$ 4.072.882,23 (agosto) R\$ 896.214,63 (novembro), além de R\$ 2.457.449,67 referente a rendimentos do Fundo TMJ e do vencimento de LFT' s no valor de R\$ 14.863.809,45 (setembro).

Infelizmente também ocorreram reavaliação dos fundos Geração Energia (14,67%) e Ático Florestal (76,62%) impactando negativamente a carteira.

Parecer do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos Municipais de Paulínia relativas ao exercício de 2020.

Apesar do trabalho de recuperação de fundos estressados, grande parte dos fundos ilíquidos está concentrado nos Fundos Tower que tem como principais características, a predominância de cotas de investimentos fechados para resgate e debêntures (vencidas e inadimplentes), além de outros fundos como Sculptor e Illuminati, que são compostos em sua maioria por ativos de crédito privado com muitos ativos em situação de iliquidez. O conselho reconheceu a competência do comitê de investimentos e todo trabalho na recuperação dos fundos que atingiu durante o ano de 2020 aproximadamente R\$ 9.618.064, conforme tabela 4, gerando um acumulado de aproximadamente R\$ 76.105.315 em valores recuperados entre 2019 e 2021.

FUNDO	APLICADO	RECUPERADO 2020(*)
Firf Pyxis Institucional IMAB	30.000.000	218.638 (25.370.521)
Piatã LP Priv. Cred. Privado	27.417.508	1.219.770 (16.606.213)
Tower Firf IMA-B	114.261.645	12.581.648 (53.340.792)
TMJ IMAB	25.000.000	10.025.542 (14.239.566)
GGR Prime FIDC	14.000.000	3.102.949 (4.716.965)
Illuminati FIDC	38.000.000	1.496.256 (10.984.971)

Tabela 4. Valores Recuperados em Reais (R\$).

(\*\*) Valores entre parênteses representam o total recuperado do fundo entre 2019 e 2021.

A carteira de investimentos fechou o ano de 2020 com saldo de R\$ 1.322.436.871,50, sendo a maioria do patrimônio alocado em fundos referenciados em títulos públicos, sendo que os fundos Bahia BBM Valuation, Geração Fia e Itaú Momento 30 tiveram os melhores desempenhos e os fundos Geração Energia, Gestão Empresarial e Fundo Imobiliário Hazz performaram de forma negativa.

Este conselho fiscal acompanhou os pareceres e tomou ciência das atas do comitê de investimentos, o que inclui acompanhamento das rentabilidades, riscos, além de processos decisórios. Todos os documentos comprobatórios incluindo atas e demais planilhas encontram-se a disposição no instituto e no site para conferência.

#### IV. PREVIDÊNCIA

No ano de 2020 o conselho fiscal tomou ciência dos processos de concessão de aposentadorias e pensões. Atualmente existem 307 processos que foram alvos de apontamentos e que, do montante total, temos 86 processos aguardando o julgamento do recurso ordinário interposto frente à decisão inicial de irregularidade, bem como 192 processos que estão em arquivo no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Os apontamentos sinalizados nos processos estão relacionados à migração de servidores para o regime próprio no ano de 2011 (LC 49/2011), irregularidades em verbas (hora extra, hora noturno, adicionais, entre outros) e problemas de formalidade processual (cartão do PIS, portaria de adicional de tempo de serviço).

## **PARECER TÉCNICO**

### **1. CRP**

Verificamos que o instituto está com CRP, documento que atesta o cumprimento dos critérios e exigências estabelecidos na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, com validade até 27/09/2021 obtido por via judicial conforme Certificado de Exclusão de Irregularidades nº 986831 – 195899.

### **2. CÁLCULO ATUARIAL**

Com base na Lei nº 3759/2020 datada de 01/04/2020, que alterou a contribuição patronal e dos segurados em 14%, houve adequação às mudanças trazidas pela EC nº 103/2019 respeitando-se o prazo determinado constitucionalmente, a saber, § 6º do artigo 195 da CF.

### **3. DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA**

Em relação a dívida previdenciária com valor apurado de R\$ 72.183.609,55 referente aos anos de 2015 e 2016, obteve-se a promulgação da Lei nº 3768 de 30/04/2020 que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto ao Pauliprev, sendo que os Termos de Acordo nº s 406 e 408/2020 que definiu prazos e outras diretrizes de pagamento foram assinados em 11/08/2020 e o pagamento das parcelas iniciou em setembro de 2020.

### **4. RECEITAS E DESPESAS**

Considerando o total de receitas que incluem os repasses, aportes, parcelamento CADPREV, COMPREV e demais receitas, o saldo financeiro do instituto foi superavitário no ano de 2020.

### **5. PREVIDÊNCIA**

O conselho fiscal analisou os processos de aposentadorias e verificou que, com a adoção de medidas pela Diretoria Executiva a partir de 2019, baseadas em apontamentos do Tribunal de Contas, o número de glosas nas concessões de aposentadoria deve diminuir consideravelmente. No entanto, salientamos que as leis municipais que disciplinam a base previdenciária dos servidores do município de Paulínia (Leis Complementares 17 e 18/2001) bem como o abono (Leis Ordinárias 3345 e 3346/2013) não foram corrigidas.

### **6. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS**

O conselho acompanhou a postura do comitê de investimentos durante o ano de 2020, que monitorou a rentabilidade visando a meta atuarial, porém com cautela nos investimentos considerando a volatilidade do mercado e a certeza de liquidez. Quanto aos fundos ilíquidos, o monitoramento isolado dos fundos promoveu a recuperação de muitos ativos financeiros. A rentabilidade final em 2020 foi positiva, no entanto considerando a pandemia, desvalorização dos fundos associados ao alto valor de PDD's (aproximadamente R\$ 80 milhões), e o valor do IPCA – 10,65%, a carteira de investimentos fechou o ano em -1,47%, ou seja, 89% do valor a ser atingido.

## CONCLUSÃO DO PARECER

Após análise e discussão do presente parecer, a votação foi a seguinte:

A conselheira Nívia **APROVOU com ressalvas** as contas do ano de 2020 em razão da necessidade de regularização das Leis Complementares nº 17 e 18, ambas de 09/10/2001, bem como quanto ao abono salarial. Disse ser importante registrar que se faz necessária a regularização dentro dos limites legais, a fim de não causar novos prejuízos aos servidores no futuro, visto que tanto servidores ativos como inativos estão aflitos quanto à fragilidade das referidas leis. Quanto à conduta da Diretoria Executiva, bem como dos servidores do instituto, afirmou ser notória a busca pelas melhores práticas e a transparência em todas as tomadas de decisão, dentre elas podendo destacar o acumulado nas recuperações da ordem de 74 milhões recuperados.

O conselheiro Reginaldo **APROVOU** as contas, por entender que todas as medidas que atual Diretoria vem tomando junto a Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social com a regularização do CRP, tendo a informação de que temos somente um item irregular - "Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos – DAIR Consistência", que se trata do investimento no PIXYS. Sobre a questão dos investimentos, o conselheiro vê o esforço e o empenho do Comitê, até pelo atual momento econômico que estamos vivendo e por isso seu voto favorável.

O conselheiro Ademir **APROVOU as contas** considerando a capacidade técnica e responsável dos trabalhos efetuados por todos os servidores do instituto, seja no atendimento, previdência, busca de soluções junto ao executivo na alteração das leis e recuperação dos fundos.

A conselheira Ligian **APROVOU com ressalvas as contas**, considerando que a alteração das leis citadas no item 5 e reforçando o que foi dito pela conselheira Nívia, sobre a importância do princípio da legalidade, o que coíbe fatos ocorridos em gestões anteriores de agirem por conta própria prejudicando centenas de servidores.

A Conselheira Márcia **APROVOU as contas com ressalvas** pela falta de regularização das leis complementares conforme indicadas no item 5 do parecer técnico e também pelo CRP estar com certificação por vias judiciais. A conselheira deixou claro que não questiona a atuação da Diretoria Executiva, pois tem ciência do esforço de todos os envolvidos na recuperação de fundos estressados, resultado de ações feitas por antigos gestores.

Assim sendo, este Conselho Fiscal **APROVA** por unanimidade as contas do exercício de 2020.

Paulínia, 19 de abril de 2021.



**LIGIAN REGINA KALVON**  
Conselheira Fiscal



**NÍVIA CARLA DA FONSECA**  
Conselheira Fiscal



**MARCIA REGINA AMBROZINI L. DA SILVA**  
Conselheira Fiscal



**ADEMIR PEREIRA**  
Conselheiro Fiscal



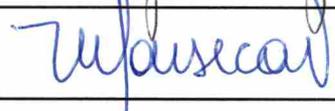
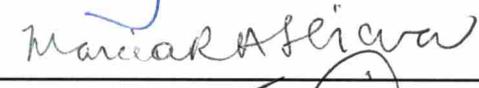
**REGINALDO APARECIDO NAVES**  
Conselheiro Fiscal



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

**LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO FISCAL**  
**19 de abril de 2021 – 08h00 horas**

**Reunião Ordinária**

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	ADEMIR PEREIRA	
2	LIGIAN REGINA KALVON	
3	NÍVIA CARLA DA FONSECA	
4	MÁRCIA REGINA AMBROZINI LOPES SILVA	
5	REGINALDO APARECIDO NAVES	